

As lutas da Fenacor

A então Federação Nacional dos Corretores de Seguros e de Capitalização do Estado da Guanabara foi oficialmente reconhecida em 25 de abril de 1975 pelo Ministério do Trabalho, passando a denominar-se Federação Nacional dos Corretores de Seguros e de Capitalização (anos mais tarde, a entidade também viria a agregar a representatividade dos corretores de resseguros, previdência privada e das empresas corretoras de resseguros).

A partir de seu reconhecimento, a Fenacor capitaneou as principais lutas da categoria. Tanto que, no seu primeiro congresso nacional, em outubro de 1978, no Rio de Janeiro (RJ), foi aprovada a “Carta do Rio de Janeiro”, que elencava as principais reivindicações dos corretores naquela época. Além da criação do Conselho Federal dos Corretores de Seguros, a Carta destacava cinco situações que vinham tumultuando o mercado: 1) o crescimento de prepostos, que poderia levar à desfiguração e desqualificação da profissão de corretor de seguros; 2) a proliferação de corretoras cativas; 3) a atuação dos bancos na intermediação de seguros; 4) a legislação que impedia a o trabalho de corretores nos seguros de órgãos públicos; 5) a necessidade de cancelamento dos registros concedidos às corretoras de seguros ligadas ao Poder Público.

A existência da figura do preposto sempre causou controvérsias na corretagem de seguros. No final da década de 70, segundo a Susep, havia 11.556 corretores pessoa física no país; 1.703 corretores pessoa jurídica e 34.751 prepostos. Estes últimos estariam em condições de se tornarem corretores sem nenhuma habilitação. A atuação da Fenacor foi decisiva para que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) suspendesse a concessão automática da carteira de corretores de seguros para prepostos que não apresentassem prova de habilitação técnico-profissional. De acordo com registros do Sincor-SP, a Funenseg se preparou para aplicar exame a 8 mil prepostos. Mas, aparecerem 300 e apenas 8 passaram.

Já a presença dos bancos na comercialização de seguros mobilizou os corretores durante mais de duas décadas. Um dos ápices dessa luta ocorreu contra a formação da corretora do Banco do Brasil, em 1987. O seguro vendido em agências passou a ser um subproduto, repassado ao consumidor como reciprocidade na realização de aplicações financeiras ou empréstimos. Essa postura gerou descrédito para o produto e falta de atendimento adequado para o segurado. Em sua gestão na Fenacor, Octávio Milliet engajou os corretores na regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, aprovada em 1988. O objetivo era conseguir a saída dos bancos da atividade seguradora.

A convivência entre bancos e corretores vivenciou vários estágios. Os bancos tiveram seu papel de importância na medida em que proporcionaram aumento de produtividade no seguro e maior divulgação do produto junto ao grande público. Nos anos 90, algumas instituições bancárias começavam a se retirar da comercialização de seguros, caso do Bradesco. O ex-superintendente da Susep, João Régis dos Santos, comunicou na época em que ocupou a vice-presidência da Bradesco Seguros, a decisão do banco de comercializar seguros apenas por meio de corretores independentes. Mas, isso não encerrou a luta, que continuou, especialmente, contra os bancos estatais.